

Vagas Públicas, universidades privadas

Escrito por Roseli Fischmann
Qua, 23 de Junho de 2004 21:00

O Programa Universidade para Todos, do MEC, afirma propor a expansão da oferta do ensino superior, transformando em públicas vagas do ensino privado. Propõe, ainda, que as vagas tenham destinação prioritária para grupos historicamente excluídos a requererem a ação afirmativa, em particular afrodescendentes.

O tema é complexo porque envolve as relações entre público e privado, sempre tão mal definidas no Brasil, constituindo zona de sombra e ambigüidade que privilegiou grupos de interesse, enquanto espoliava o bem efetivamente público - fato ligado não apenas à educação, mas integrante do fenômeno do patrimonialismo na história do Estado brasileiro, como desenvolvido pelo saudoso Raymundo Faoro. Sem considerar em primeiro lugar semelhante característica, é difícil tratar o tema nos múltiplos desdobramentos.

Mas há também uma porção da história da educação que fica ao léu, quando se trata o tema de forma momentosa. Vale lembrar, para os que tenham mais de 50 anos, a figura dos "excedentes" no final da década dos anos 60 do século passado. Eram estudantes que alcançavam a nota mínima - já que no momento o vestibular era constituído por provas no sistema eliminatório e não classificatório. A Reforma Universitária de 1968, ao introduzir com a Lei nº 5.540/68 o sistema classificatório, propiciou que o regime militar facilitasse a expansão da ação das instituições de ensino superior, que tinham dificuldade para preencher as muitas novas vagas abertas, dentro do sistema eliminatório. Observe-se que não se trata de voltar ao passado descontextualizado, mas fazer um rastreamento das características históricas do tema, para evitar repetir velhos problemas.

Assim, por exemplo, na fase mencionada, as instituições de ensino superior privadas não se organizaram para que houvesse o desenvolvimento acadêmico de seus quadros, tampouco o impulso indispensável à pesquisa, assim como o repasse à sociedade dos frutos do investimento.

Daí a relevância ainda maior de uma análise cuidadosa da proposta. A renúncia fiscal que o Ministro da Educação anuncia (vide: www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=5141) precisa ser analisada com levantamento explícito da destinação dos recursos. Há, em primeiro lugar, uma questão contábil que deverá ser ponderada tanto no interior do documento legal a ser elaborado quanto na votação da proposta no Legislativo. Assim, se aprovado como quer o MEC, cada instituição deverá manter em dia os cálculos de seu débito público (porque não deve se tratar de perdão antecipado de dívida), para demonstrar como o destinou a cada ano.

Mais ainda, não deverá bastar a aplicação em vagas no ensino, mas deverá repercutir em investimento em pesquisa, estabelecendo novas garantias de condições de trabalho para o docente universitário como pesquisador. Há também a considerar a relação do investimento do Estado nas universidades públicas, tratando de alimentá-las dignamente. O esforço histórico do Estado brasileiro em manter universidades federais e estaduais, como forma de valorização da geração, ensino e disseminação do conhecimento científico, não pode desaparecer numa onda que poderia transformar-se em mero privatismo. A imensa maioria dos docentes e mesmo dirigentes das instituições privadas de ensino superior obtiveram seus títulos acadêmicos,

Vagas Públicas, universidades privadas

Escrito por Roseli Fischmann

Qua, 23 de Junho de 2004 21:00

quando os têm, nas universidades públicas. O patrimônio científico brasileiro precisa ser preservado e cultivado. Por isso, medida que deveser implementada como parte da proposta do MEC é a formação de um Fundo Nacional de Pesquisa, a ser constituído seriamente nos moldes técnicos e científicos das agências estaduais, como a Fapesp, aperfeiçoando a interligação Capes-CNPq.

Parte da contabilidade de débitos fiscais das instituições que aderissem ao programa seria destinada a esse fundo, que poderia receber ainda contribuições de doadores institucionais, empresariais, individuais, nacionais e internacionais.

Tema a ser retomado, sintetizado, há sérias exigências que acompanham a proposta de expansão de vagas no ensino superior. Atenção, pois, cidadão.